

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 543.987 - PA (2019/0332786-3)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : BRUNO CONSTANT MENDES LOBO E OUTROS
ADVOGADOS : MARCOS ANTÔNIO LIMA UCHOA - AL003654
BRUNO CONSTANT MENDES LÔBO - AL006031
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
PACIENTE : MARIA FELIX MARTINS COSTA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **Maria Felix Martins Costa** – presa preventivamente pela prática, em tese, dos crimes de homicídio qualificado, roubo circunstanciado, associação criminosa e corrupção de menores –, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Pará, que denegou a ordem no *writ* ali impetrado, mantendo a prisão preventiva imposta à paciente pelo Juízo de Direito da Vara Única da comarca de Novo Repartimento/PA (Processo n. 0006529-29.2019.8.14.0123).

Alega-se, em síntese, ausência de fundamentação na decisão que decretou a prisão preventiva da paciente.

Postula-se, ao final, a concessão liminar da ordem para que a paciente aguarde em liberdade o julgamento de mérito do presente *writ*.

É o relatório.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida de caráter excepcional, cabível apenas quando a decisão impugnada estiver eivada de ilegalidade flagrante, demonstrada de plano.

Antes de analisar o pedido liminar, solicitei informações ao Juízo singular, que informou ter sido instaurada ação penal, tendo a defesa já apresentado resposta à acusação (fls. 154/157).

Em relação à fundamentação da prisão preventiva, em juízo de cognição

Superior Tribunal de Justiça

sumária, afigura-se inviável o acolhimento da pretensão, porquanto o Magistrado singular, ao determinar a segregação cautelar da paciente, destacou que (fls. 110/112 - grifo nosso):

[...]

Os fatos narrados pela autoridade policial demonstram gravidade concreta e o **suposto cometimento de um grande número de crimes, cometidos por meio da associação dos investigados, todos na defesa dos interesses financeiros de MARIA FÉLIX e TETEU.**

A materialidade do crime foi cabalmente comprovada e há indícios de participação de todos os investigados. Destaco, que a apresentação narra, de maneira individualizada, a participação de cada um dos investigados.

Assim, segundo a autoridade policial, **MARIA FÉLIX e TETEU seriam, supostamente, os autores intelectuais do crime, JOSE WILLER SANCHES DE SOUZA, funcionário de MARIA FÉLIX, teria sido responsável por contratar ALEX LUIZ SILVA ROCHA, que, auxiliado por ALEXANDRE LUIZ SILVA ROCHA, contratou os executores DOUGLAS e GENDSON, e à estes forneceu todos os meios materiais para o cometimento do crime, além de auxiliá-los durante a execução, indicando a localização da vítima.**

A conclusão da autoridade policial baseia-se no conjunto de elementos de informação que fundamentam a representação, são eles: conversas telefônicas, depoimentos de testemunhas, imagens de câmeras de segurança e os depoimentos de alguns dos investigados. Nesta fase preliminar, há que se reconhecer a coerência entre o conjunto de elementos de informação e a conclusão da autoridade policial, devendo-se reconhecer a existência de indícios de autoria e participação, que pensam contra cada um dos investigados.

Diante da prova da materialidade e da existência de indícios de autoria, considerando que o crime investigado é punido com a pena privativa de liberdade superior a 04 anos, portanto, cabível a preventiva, além de indispensável à garantia da ordem pública e para assegurar a aplicação da lei penal.

[...]

Assim, evidenciado que o Juízo singular apontou elementos concretos para decretar a segregação cautelar da paciente, em especial acerca de sua periculosidade, não vislumbro o *fumus boni iuris* necessário à concessão da tutela de urgência.

Ademais, a pretensão se confunde com o próprio mérito do *writ*, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da sua apreciação e do seu julgamento definitivo.

Com essas considerações, não tendo como configurado constrangimento ilegal passível de ser afastado mediante o deferimento da liminar ora pretendida, com manifesto caráter satisfativo, **indefiro-a.**

Solicitem-se informações ao Juízo singular acerca do atual andamento da ação

Superior Tribunal de Justiça

penal.

Após, ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior

Relator

